

Prefácio

Basta olhar os índices econômicos do Brasil para perceber a importância do agronegócio, o que tem despertado a atenção dos juristas para o estudo da natureza dessas relações. Incentivados pela pesquisa acadêmica e animados pela prática da advocacia cada vez mais intensa nessa área, os jovens doutrinadores estão publicando o resultado dos seus estudos e com isso ajudam a esclarecer os muitos pontos controversos que circundam o tema.

A Dra. Tatiana Bonatti Peres, incansável, e o Dr. Frederico Favacho coordenaram este terceiro livro sobre as relações decorrentes dos negócios da atividade agrícola e pecuária.

Não posso me deter na análise dos quatorze artigos que integram essa coletânea, mas apreciei a variedade dos pontos abordados.

O volume contém um primeiro artigo sobre os subsídios agrícolas e sua regulação internacional. A contribuição financeira que o Governo concede aos produtores e aos exportadores é objeto de rigoroso controle internacional, cujos diplomas estão explicados pelo autor, especialmente o acordo GATT e a atuação da OMC.

Segue o estudo dos direitos trabalhistas na vida do campo, tema sempre presente neste país de dimensões continentais e de tão pequena fiscalização, para cujo agravamento o próprio Governo contribui, pela sua omissão de mau gerenciamento, de que é exemplo certa Portaria do Ministério da Agricultura, dificultando a fiscalização e a repressão das ilegalidades. A autora examina, em detalhes, as condições do trabalho análogo ao do escravo. Outro artigo conjuga dois temas: o meio ambiente e as condições do trabalho rural.

Apesar de temas tão antigos quanto Roma, a usucapião e a ação possessória ainda hoje provocam dissensões. As modalidades de usucapião são periodicamente acrescidas de novas formas e ainda se discute sobre a conceituação de “justo título” (tema que a autora aborda com proficiência). Já a questão do uso do espaço urbano e das terras agrícolas continua sendo um delicado e crítico problema social, com novidades a respeito do litisconsórcio multitudinário e das ações contra o poder público.

A exploração da atividade agrícola foi tradicionalmente uma atividade individual ou familiar, mas hoje a empresa está presente também no campo, embora ainda mantenha a característica de empresa familiar, com os problemas que são comuns à sucessão. A autora aponta as particularidades da empresa

agrícola e recomenda os cuidados que devem ser adotados, inclusive indicando as fases para um adequado procedimento sucessório.

A questão fiscal está presente nas operações agrícolas, sendo examinada sua incidência nos contratos de comissão e nos de compra e venda internacional. Em outro artigo, o discurso é sobre o conceito de insumo e seu efeito fiscal.

O problema ambiental polariza dois interesses: de um lado, a preocupação com a preservação do ambiente; de outro, a busca incessante pelo desenvolvimento, pela produtividade e pela expansão. Dois trabalhos versam sobre o licenciamento ambiental e a segurança alimentar.

Os conflitos que surgem no campo devem ser resolvidos, sempre que possível pelas vias alternativas de solução de litígios, especialmente a mediação, que, sem custos, permite às partes o nítido conhecimento de sua posição e a necessidade de compreensão do outro, o que facilita o encontro de solução adequada e satisfatória. Os autores não esqueceram de tratar da arbitragem, a outra via que, a todo dia, tem ampliada a sua aplicação, com excelentes Câmaras de Arbitragem nas diversas capitais do país. Há, inclusive, Câmaras especializadas em questões agrárias, iniciativa que deve ser incentivada para garantir aos interessados um procedimento apropriado às condições do negócio, com árbitros especializados no tema. O novo Código de Processo Civil tratou desses novos instrumentos, cujo uso tende a aumentar.

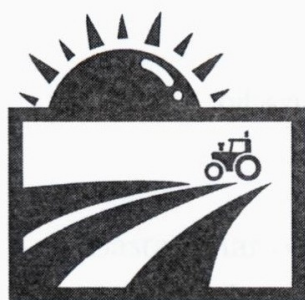
Por fim, a obra traz duas contribuições sobre o processo civil, sobre a execução para entrega de coisa (produtos agrícolas) e sobre o processo de recuperação do produtor rural pessoa física.

Esses temas, interessantes e atuais, foram tratados por especialistas altamente qualificados, como se recolhe do currículo apresentado. Seus estudos resultam de pesquisa séria e aprofundada, trazendo informações e conclusões que merecem a reflexão do mundo jurídico, no qual a obra certamente será bem recebida e prestigiada.

Sinto-me especialmente honrado por prefaciar o trabalho de nível tão elevado, que contribuirá para o aperfeiçoamento da nossa ciência.

Porto Alegre, 1o de novembro de 2017.

Ruy Rosado de Aguiar Júnior



Tatiana Bonatti Peres (*PERES, Tatiana Bonatti*)

Frederico Favacho (*FAVACHO, Frederico*) (org.);

Novos Temas de **Direito do Agronegócio**

Coautores

Erik Frederico Gramstrup | Fernando Gomes Favacho

Fernando Zanetti | Francisco Roberto da Silva Jr

Frederico Favacho | Fábio Marcondes Ribeiro Freitas

Gianfranco Fogaccia Cinelli | Jean Paolo Simei e Silva

Juliana Ribeiro Ugolini de Britto | Maria Helena Campos de Carvalho

Mariana Souza Baroni | Marina de Almeida Hoff

Olavo Barcellos Guarnieri | Rafael Tocantins Maltez

Rennan Faria Krüger Thamay | Tatiana Bonatti Peres

Thereza Cristina Carneiro Gonçalves Bezerra Silva | Vinícius Ferreira de Andrade

Prefácio de Ruy Rosado de Aguiar Júnior

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2018

REFERÊNCIA:

PERES, Tatiana Bonatti; FAVACHO, Frederico (Org.). **Novos temas de direito do agronegócio**. Prefácio de Ruy Rosado de Aguiar Júnior. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.